

## **A VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA A MULHER: um relato da exposição de imagens íntimas na internet**

Beatriz Ribeiro de Almeida<sup>1</sup>  
Mírian Célia G. de Almeida<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a violência virtual contra a mulher em tempos de pandemia da covid-19. A lei 13.718/2018, conhecida como 'Lei de Importunação Sexual', trouxe alterações para os chamados crimes virtuais, tornando-se crime a divulgação não autorizada de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado. Nesse sentido, questiona-se em que medida a norma-sanção tem sido observada pelos seus destinatários. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica valendo-se da abordagem dedutiva. Conclui-se que as ações da SaferNet contribuem para o enfrentamento deste crime, todavia no que se refere à efetividade da legislação, os atendimentos e denúncias revelam que a lei não tem conseguido o resultado esperado, a saber: coibir as ações do agressor.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência, crime virtual, mulher, pandemia, Covid-19.

### **ABSTRACT**

This paper analyzes virtual violence against women in times of the covid-19 pandemic. Law 13.718 / 2018, known as the 'Sexual Importance Law', brought changes to the so-called virtual crimes, making it a crime to unauthorized disclosure of content with an intimate and private nude scene or sexual act. In this sense, it is questioned to what extent the sanctioning rule has been observed by its addressees. As a methodological procedure, bibliographic research was used, using the deductive approach. It is concluded that SaferNet's actions contribute to the confrontation of this crime, so that it does not refer to the effectiveness of the legislation, the assistance and complaints reveal that the law has not achieved the expected result, namely: to restrain as the aggressor's actions.

**KEYWORDS:** violence, cybercrime, woman, pandemic, Covid-19

### **SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO. 2 OS CRIMES VIRTUAIS E SUAS ESPÉCIES. 3 A LEGISLAÇÃO E OS CRIMES VIRTUAIS CONTRA A MULHER. 3.1 UMA CURTA EXPLANAÇÃO: EFETIVIDADE E EFICÁCIA. 4 BREVE RELATO POR MEIO DE NÚMEROS NO BRASIL. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.**

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito e estagiária em iniciação científica do Núcleo de Capacitação Científica (NCC) na Fadivale.

<sup>2</sup> Mestrado em Economia Aplicada e Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV - MG). Especialização "Iato sensu" em direito público, ambiental, agrário e Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale) - Governador Valadares - MG. Membro do Núcleo de Capacitação Científica (NCC) e do grupo de pesquisa Direitos humanos, Acesso à Justiça e Mediação da Fadivale - Governador Valadares/MG. Membro do Conselho Editorial da Revista Fadivale (meio impresso e eletrônico) e dos Anais do Seminário de Direitos Humanos e Internacional e o Painel Científico da Fadivale. Atualmente professora universitária, economista e advogada extrajudicial, atuando principalmente nas seguintes áreas: modelos econômicos, economia internacional, direito econômico e tributário, direitos humanos e ambiental e educação financeira.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho contempla o tema “A violência contra a mulher”, de forma delimitada aborda-se a violência virtual contra a mulher, apresentando informações sobre este crime em tempos de pandemia da covid-19, notadamente sobre a exposição de imagens íntimas na internet.

Resumidamente, os tipos de violência contra a mulher são a física, psicológica, sexual, moral e a patrimonial e econômica, que se manifestam tanto no âmbito doméstico, quanto nos espaços públicos, causando graves danos às vítimas, sobretudo à saúde mental, inclusive culminando com o suicídio da vítima.

No que se refere à violência sexual, a lei 13.718 de 24 de setembro 2018, conhecida como ‘Lei de Importunação Sexual’, trouxe alterações para os chamados crimes virtuais, tornando-se crime a divulgação não autorizada de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado.

Assim, a conduta de “pornografia de vingança” passou a ser considerada como crime com advento da Lei nº 13.718/ 2018. Ainda em 2018, a Lei 13.772/18 alterou a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a fim de criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado. Nesse sentido, questiona-se em que medida a norma-sanção tem sido observada pelos seus destinatários? No período analisado, qual foi o comportamento dos índices da violência virtual contra a mulher?

Trabalha-se com a hipótese de que o conjunto de preceitos que protegem a mulher da “pornografia de vingança” ainda não alcançou a sua finalidade, considerando o número de atendimentos e denúncias pela SaferNet e o aumento expressivo no início da pandemia deste tipo de violência contra as mulheres.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é compreender o alcance da lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Especificamente, pretende-se expor a natureza dos crimes virtuais e suas espécies, bem como discorrer acerca da legislação pertinente, além de apresentar dados que revelam este fato jurídico, notadamente em um cenário pandêmico, a partir da COVID-19.

Como procedimento metodológico, utilizou a pesquisa bibliográfica valendo-se da abordagem dedutiva.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução. O capítulo dois discute a natureza dos crimes virtuais, no contexto da violência de gênero. No capítulo três é relatada a legislação que define e tipifica tal conduta e no capítulo quatro, é feito uma breve demonstração, em números, deste tipo de violência no Brasil.

## 2 OS CRIMES VIRTUAIS E SUAS ESPÉCIES

A internet proporcionou as pessoas diversos benefícios e facilidades, apesar disso também apresentou muitos malefícios como o crime virtual e durante a pandemia ocorreu um aumento desse crime, pois devido ao isolamento social as pessoas tem utilizado muito mais as ferramentas digitais e quanto mais essas pessoas estão em contato direto com essa ferramenta seja para o home office ou para redes sociais mais tempo elas se sujeitam a determinados crimes. Há vários tipos de denominações para esse crime como, crime virtual, crimes informáticos, crimes cometidos via internet, cyber crimes, e-crimes, entre várias outras denominações. Os crimes digitais fazem parte do meio digital, são uma espécie do gênero do Direito digital, a maioria dos crimes praticados na internet também ocorrem na vida real, a diferença é que a internet proporciona um meio facilitador que é o anonimato.

Os Tribunais Brasileiros adotam como conceito todo ato que é ilícito, antijurídico e culpado, define-se esse crime então como toda e qualquer atividade realizada com o uso da tecnologia, é toda ação praticada por meio da internet que utiliza como ferramenta um computador ou um dispositivo móvel.

Rosa (2002 *apud* SCHMIDT, 2021, p. 2) conceitua o crime como:

A conduta atente contra o estado natural dos dados e recursos oferecidos por um sistema de processamento de dados, seja pela compilação, armazenamento ou transmissão de dados, na sua forma, compreendida pelos elementos que compõem um sistema de tratamento, transmissão ou armazenagem de dados, ou seja, ainda, na forma mais rudimentar; 2. O 'Crime de Informática' é todo aquele procedimento que atenta contra os dados, que faz na forma em que estejam armazenados, compilados, transmissíveis ou em transmissão; 3. Assim, o 'Crime de Informática' pressupõe dois elementos indissolúveis: contra os dados que estejam preparados às operações do computador e, também, através do computador, utilizando-se software e hardware, para perpetrá-los; 4. A expressão crimes de informática, entendida como tal, é toda a ação típica, antijurídica e culpável, contra ou pela utilização de processamento automático e/ou eletrônico de dados ou sua transmissão; 5. Nos crimes de informática, a ação típica se realiza contra ou pela utilização de processamento automático de

dados ou a sua transmissão. Ou seja, a utilização de um sistema de informática para atentar contra um bem ou interesse juridicamente protegido, pertença ele à ordem econômica, à integridade corporal, à liberdade individual, à privacidade, à honra, ao patrimônio público ou privado, à Administração Pública, etc.

Para Terceiro (2013 *apud* MAZZONI, 2021, p. 3):

Os crimes perpetrados neste ambiente se caracterizam pela ausência física do agente ativo; por isso, ficaram usualmente definidos como sendo crimes virtuais. Ou seja, os delitos praticados por meio da Internet são denominados de crimes virtuais, devido à ausência física de seus autores e seus asseclas.

Assevera Rossini (2013 *apud* MAZZONI, 2021, p. 3)

O conceito de 'delito informático' poderia ser talhado como aquela conduta típica e ilícita, constitutiva de crime ou contravenção, dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva, praticada por pessoa física ou jurídica, com o uso da informática, em ambiente de rede ou fora dele, e que ofenda, direta ou indiretamente, a segurança informática, que tem por elementos a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade.

Há uma divergência doutrinária perante a natureza jurídica da classificação dos crimes virtuais, podem ser classificados como puros, mistos e comuns ou próprios e impróprios. Para Teixeira (2014 *apud* TATEOKI *et al*, 2021, p. 2) existem três tipos de classificações, os puros, mistos e comuns:

o primeiro são aqueles em que o sujeito visa especialmente o sistema de informática; as ações materializam, por exemplo, por atos de vandalismo contra a integridade do sistema ou pelo acesso desautorizado ao computador. Crime de informática misto se consubstancia nas ações em que o agente visa o bem juridicamente protegido diverso da informática, porém o sistema de informática é ferramenta imprescindível. E os crimes de informática comum são condutas em que agente utiliza o sistema de informática como mera ferramenta, não essencial à consumação do delito.

Para Viana e Machado (2013 *apud* TATEOKI *et al*, 2021, p. 3) existem quatro tipos de classificações:

o principal bem jurídico a ser protegido pela lei penal nesses casos é a inviolabilidade da informação automatizada (dados), assim os crimes informáticos próprios, são aqueles que o computador é usado como meio para executar o crime, mas não existe a inviolabilidade da informação automatizada (exemplos: ameaça, incitação ao crime e etc), os crimes informáticos próprios são aqueles em que o bem jurídico protegido pela lei penal é inviolabilidade de dados (Como é o caso do crime de invasão de dispositivo informático do art 154-A e 154-B do CP, inserção de dados falsos em sistema de informações do art 313-A do CP e modificação e altera não autorizada de sistema de informações do art 313-B do CP), os crimes mistos são aqueles que além de proteger a inviolabilidade de dados, a legislação visa proteger bem jurídico de natureza diversa (crime eleitoral do artigo 72, da Lei nº 9504/1997), e por fim o crime informático mediato ou direto é aquele considerado o delito fim não informático que herdou a característica do meio para consumir o crime.

Atualmente a classificação mais adotada pelos doutrinadores é a de crimes próprios e impróprios. Conceitua-se crime próprio como condutas que buscam acessar, danificar, invadir um sistema ou um dado informático, o próprio objetivo do crime é o sistema computacional, eles só podem ser praticados na informática, ou seja, a execução e a consumação acontecem através do meio digital. Já os crimes cibernéticos impróprios são aqueles que utilizam da internet como um meio para a pratica de um ato ilícito final, utilizam da tecnologia como uma ferramenta para cometer o delito, e seus efeitos repercutem na vida real, ou seja, o computador é apenas um mero instrumento para execução de um ato ilícito, como exemplo desses delitos temos a falsificação de documentos, as ameaças, os crimes contra a honra, os furtos virtuais e etc.

### **3 A LEGISLAÇÃO E OS CRIMES VIRTUAIS CONTRA A MULHER**

Mulheres são as principais vítimas de violência virtual no mundo, um levantamento feito pela Organização das Nações Unidas mostra que 95% dos comportamentos agressivos e difamadores tem como alvo o sexo feminino (SAFERNET, 2021), é uma espécie de violência que pode ser devastadora e muitas vezes silenciosa pois a vítima passa por isso de forma solitária, em sua maioria com

medo de denunciar e vergonha de verbalizar e no Brasil há casos em que tais crimes levaram as vítimas ao suicídio.

A violência contra a mulher não ocorre aleatoriamente, deriva de uma organização social de gênero e hoje é um dos principais indicadores da discriminação de gênero em suas diferentes formas de expressão, variando do assédio moral e da violência psicológica até as manifestações extremas de agressão física e sexual.

No que se refere aos crimes virtuais, existem vários tipos de crimes cibernéticos, como a pornografia de vingança (*revenge porn*), sextorsão, estupro virtual e *stalking*.

A *pornografia de vingança* é um dos casos mais comuns e é regida pelo Código Penal:

Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo. (BRASIL, 2021, p. 46)

Consiste na divulgação de imagens íntimas em sites, redes sociais, seja por vídeo ou foto com cenas íntimas, sem a devida autorização, em grande parte dos casos são obtidos em razão de relacionamento afetivo ou vínculo emocional entre o autor e a vítima, ela ocorre quando um dos parceiros exerce a violência simbólica de expor a intimidade do outro na internet, tendo por objetivo a vingança e causando grande dano emocional com estragos decorrentes de propagação do conteúdo. O conteúdo em si pode ter sido obtido com o consentimento ou não da vítima, então mesmo nos casos em que as fotos ou vídeos tenham sido enviados pela própria vítima a seu companheiro de forma alguma tem o direito de compartilhar esse conteúdo nas redes sociais.

O crime de *sextorsão* se refere à junção das palavras “sexo” e “extorsão” – que diz respeito à exigência do envio de material erótico ou à prestação de favores sexuais frente ameaças de divulgação de informações confidenciais da vítima ou até mesmo de imagens e/ou vídeos de conteúdo íntimo.

Cunha (2016, p. 206 *apud* BARRETO, 2021, p. 2) assevera sobre quais infrações configuram essa prática:

Prática cada vez mais comum é a denominada sextorsão, em que o agente constrange outra pessoa se valendo de imagens ou vídeos de teor erótico que de alguma forma a envolvam. No caso, emprega-se grave ameaça consistente na promessa de divulgação do material caso a vítima se recuse a atender à exigência. A depender das circunstâncias, vislumbramos três figuras criminosas às quais a conduta pode subsumir: a) se o agente simplesmente constrange a não fazer o que a lei permite, ou fazer o que ela não manda, há o crime em estudo; b) se constrange a vítima com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixe de fazer alguma coisa, há a extorsão; c) se constrange vítima à prática de atividade sexual, há estupro.

A conduta pode ser enquadrada em três diferentes tipos penais com penas distintas, a saber:

- a) existindo a exigência de dinheiro ou de vantagem patrimonial, caracteriza-se o crime de extorsão, previsto no artigo 158 do Código Penal;
- b) inexistindo a exigência de dinheiro e sim de vantagem sexual, configura-se o crime de estupro, tentado ou consumado, previsto no artigo 213 do Código Penal; e
- c) inexistindo exigência de dinheiro ou de vantagem sexual, obrigando a vítima a fazer algo que a lei não lhe exige, pode-se estar diante do delito de constrangimento ilegal, previsto no artigo 146 do Código Penal.

O *Stalking* é quando uma pessoa é perseguida de uma maneira persistente e tem a sua liberdade física ou emocional cerceada, ela pode ser perseguida tanto na rua quando por meios digitais, passando a ter dificuldades de locomoção e dificuldades emocionais, invadindo a privacidade com envio de mensagens indesejadas nas redes sociais, exposição de fatos e boatos sobre a vítima na internet, entre outros. Recentemente no dia 31 de março de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.132, Lei do Stalking, que Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Em 2011 a atriz Carolina Dieckmann teve fotos pessoais roubadas do seu computador, um hacker invadiu o email da atriz e pegou várias fotos que ela havia

compartilhado com o parceiro da época, a atriz foi ameaçada de extorsão por esse hacker, essas fotos foram divulgadas e foram parar na internet e houve uma grande comoção popular, a partir dessa comoção popular e da grande discussão sobre esse assunto entrou em vigor em 2012 a lei nº 12.737/12 conhecida popularmente como Lei Carolina Dieckmann, essa lei prevê os crimes que decorrerem do uso indevido de informações e materiais pessoais que dizem respeito à privacidade de uma pessoa na internet, como fotos e vídeos, impactando o Direito Penal e acrescentando os artigos 154-A e 154-B, além de alterar a redação dos artigos 266 e 298.

Ainda com forma de combater crimes virtuais, em 2018 passou a vigor a lei 13.718 a qual alterou o artigo 218-C do código penal, determinando “que oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática” -, que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia, terá uma pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (BRASIL, 2021c, p. 1). Ressalta-se que o crime da pessoa divulgar/compartilhar foto ou vídeo de cenas de sexo, nudez ou pornografia, é ato ilícito somente quando não houver consentimento da vítima. Finalmente, ainda em 2018, a Lei 13.772/18 alterou a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a fim de criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado.

### 3.1 UMA CURTA EXPLANAÇÃO: EFETIVIDADE E EFICÁCIA

Entende-se por efetividade a capacidade que uma norma jurídica tem para produzir seus efeitos, está atrelado ao fato de que a norma jurídica não é um fim em si mesma, sendo que esta é sempre criada com o fim de gerar algum efeito no mundo real.

Coelho (2021, p. 9) disserta sobre efetividade:

Tal atingimento das finalidades normativas não significa - nem poderia significar - que a norma satisfaça plenamente aquilo a que se destina, mas sim que sua aplicação positiva - aplicação da norma a uma situação jurídica - ou negativa - que a norma seja respeitada de modo que não se produzam



situações que a contrariem contribui para aproximar o direito deste(s) objetivo(s).

Já a eficácia é o cumprimento efetivo da norma jurídica por parte da sociedade, é o reconhecimento da norma pelos cidadãos e mais especificamente, aos efeitos que uma regra opera através do seu cumprimento, ou seja, para verificarmos se uma norma é eficaz devemos observar tanto o comportamento dos indivíduos, como se essa norma é efetivamente aplicada pelos juízes nos tribunais. Kelsen explica:

As normas de uma ordem jurídica positiva valem (são válidas) porque a norma fundamental que forma a regra basilar de sua produção é pressuposta como válida, não porque são eficazes; mas elas somente valem se esta ordem jurídica é eficaz. Logo que a Constituição e, portanto, a ordem jurídica que sobre ela se apóia, como um todo perde a sua eficácia, a ordem jurídica, e com ela cada uma de suas normas, perdem a validade. (KELSEN, 2000, p. 237)

Assim as noções de aplicabilidade e eficácia jurídica podem ser consideradas em dois aspectos, na medida em que uma norma somente será eficaz juridicamente por ser aplicável e na medida de sua aplicabilidade.

Assim esclarece Cavalieri Filho (2003), a noção de eficácia vincula-se à noção de validade. Por validade entende-se aquilo que foi realizado observando todos os seus elementos essenciais. Ao passo que efetividade é entendido como sendo a força de um ato para produzir efeitos, ou seja, para alcançar os seus objetivos. O vínculo entre ambas as noções se evidencia por meio da compreensão de que a eficácia resulta da validade; é uma consequência desta. Somente serão eficazes os atos dotados de validade. A eficácia da norma jurídica reside na sua capacidade ou potência (validade) para alcançar os objetivos para os quais foi elaborada. A força para atingir os seus objetivos resulta da adequação da norma jurídica à realidade, segundo as necessidades dos agrupamentos sociais em contexto específicos. A partir deste entendimento, pode-se dizer que a eficácia dependerá do reconhecimento, aceitação e adesão, por parte dos agrupamentos sociais, a esta norma. Ao gerar os seus efeitos, ao alcançar os seus objetivos, aderindo à realidade social daquela comunidade, a norma jurídica produzirá efetividade. Se diz que a efetividade da norma

jurídica tem a ver com a promoção de transformações, para as quais foi criada, na realidade social onde se aplica.

Vejamos um exemplo: a lei Maria da Penha tem como objetivo coibir a violência doméstica contra a mulher e punir o agressor. A eficácia desta lei tem a ver com a sua validade e com a capacidade, força ou potência para atingir estes objetivos. Já a efetividade desta norma tem a ver com os resultados gerados, as transformações promovidas, ou seja, tem coibido a violência e punido o agressor?

Em breve síntese, a eficácia da norma jurídica tem a ver com validade e capacidade de realizar os efeitos a que se propõe. Já a efetividade da norma jurídica tem a ver com a realização efetiva dos efeitos a que se propõe.

#### **4 BREVE RELATO POR MEIO DE NÚMEROS NO BRASIL**

Esta seção apresenta um breve relato, por meio dos indicadores da SaferNet, da situação do Brasil, no que refere aos crimes virtuais contra as mulheres, especialmente a exposição de imagens íntimas.

A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil.

Esta associação civil trabalha com vários parceiros, entre eles a polícia federal e o ministério público federal, para promover a conscientização de como usar a internet de maneira livre e segura e resguardando os princípios e a liberdade dos Direitos humanos. A plataforma oferece um canal gratuito de orientação e apoio além de explicar o passo a passo de como denunciar crimes na internet, o atendimento é feito por um profissional de forma anônima e tem estrito sigilo sobre tudo que for narrado.

Em 15 anos, a saferNet recebeu e processou 35.416 denúncias anônimas de Violência ou Discriminação contra Mulheres envolvendo 13.070 páginas (URLs) distintas das quais 6.735 foram removidas) escritas em idiomas e hospedadas em 1.351 domínios diferentes, de 68 diferentes TLDs e conectados à internet por intermédio de 2.293 números IPs distintos, atribuídos para 35 países em 5 continentes.

Quadro 1 – Domínios com mais páginas denunciadas por violência contra a mulher.  
2020

<i>Ranking</i>	Domínios	Número de denúncias
1º	facebook.com	6.418
2º	twitter.com	1.707
3º	instagram.com	1.445
4º	reddit.com	1.076
5º	youtube.com	671
6º	xvideos.com	572
7º	google.com.br	171
8º	tiktok.com	104
9º	vk.com	104
10º	xhamster.com	101

Fonte: SaferNet, 2021.

No que se refere aos domínios com mais páginas denunciadas por violência ou discriminação contra mulheres, o facebook lidera o ranking, seguido pelo twitter e instagram, respectivamente, conforme Quadro 1, referente ao ano de 2020.

No tocante à ocupação no ranking mundial quanto à violência ou discriminação virtual contra a mulher, o Brasil ocupa o 3º lugar, sendo o 1º ocupado pelos Estados Unidos da América e o 2º pela Holanda, no que se refere à quantidade de domínios<sup>3</sup>.

Figura 1 – Principais crimes virtuais registrados pela SaferNet, 2020.



Fonte: SaferNet, 2021.

<sup>3</sup> O domínio é um endereço que identifica uma empresa jurídica ou física na internet. É como se fosse o “nome” do site, podendo também ser utilizado nos e-mails. Um domínio é composto por um nome e uma extensão, como: nome.com.br; nome.net; nome.org.; nome.edu; etc.

A Figura 1 revela que em 2020, pelo sistema helpline, no qual as pessoas são atendidas por um profissional, com respeito, anonimato, e estrito sigilo sobre tudo que for narrado, a exposição de imagens íntimas ocupou o terceiro lugar entre os números de atendimentos.

Em relação aos estados com maior número de atendimentos no Brasil, o estado de São Paulo encontra-se em primeiro lugar, seguido pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

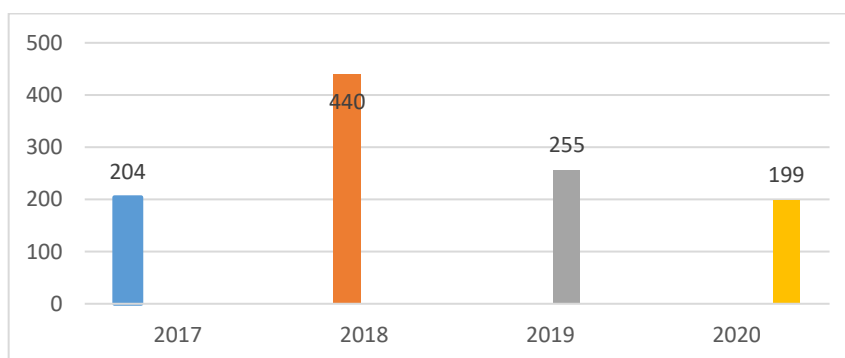
Quadro 2 – Número de atendimentos por estado, cinco maiores. 2020.

	Estado	Número
1	São Paulo	392
2	Rio de Janeiro	126
3	Minas Gerais	88
4	Bahia	85
5	Paraná	85

Fonte: SaferNet, 2021.

Especificamente, a Figura 2 identifica a evolução de exposição de imagens íntimas contra as mulheres nos últimos 4 anos (2017-2020), tendo um pico no ano de 2018.

Figura 2 – Evolução de exposição de imagens íntimas contra as mulheres, 2017-2020.



Fonte: SaferNet, 2021.

No quadro 3 é possível verificar que desde o início da pandemia da Covid-19, a Central Nacional de Crimes Cibernéticos (SaferNet) registrou um aumento de denúncias de violência e discriminação virtual contra a mulher de 21,27%, em abril de 2020, comparado como o mesmo período em 2019, notadamente a exposição de imagens íntimas, o crescimento foi de 154,90%, sendo 70% das vítimas mulheres, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 – Denúncias de violência e discriminação virtual contra a mulher. Brasil

	abr./2019	abr./2020
Violência e discriminação virtual	667	808
Exposição de imagens íntimas	130	331

Fonte: SaferNet, 2021.

Sendo assim, é possível perceber que a violência virtual contra a mulher já vem apresentando índices crescentes nos últimos anos, a pandemia apenas agravou esse cenário, houve um grande aumento de notificações, casos de violência e registros feitos por linhas telefônicas desde o início na pandemia da Covid-19.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a violência contra a mulher, apresentando informações sobre este crime em tempos de pandemia da covid-19, notadamente sobre a exposição de imagens íntimas na internet, valendo-se de indicadores da SaferNet. Questionou-se em que medida, no período analisado, a norma-sanção foi observada pelos seus destinatários, considerando os conceitos de efetividade e eficácia.

A lei 13.718/2018, conhecida como 'Lei de Importunação Sexual', trouxe alterações para os chamados crimes virtuais, tornando-se crime a divulgação não autorizada de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado.

Na pesquisa realizada, percebeu-se que a evolução da internet ensejou uma revolução na vida das pessoas, com um aumento desenfreado de informação e assim surgindo uma nova criminalidade que utiliza do meio digital para perpetrar seus desígnios.

No tocante à violência de gênero, a perseguição online é mais uma forma de violência na internet que acomete as mulheres e o Brasil ocupa o 3º lugar, no ranking mundial, no que diz respeito ao crime de exposição de imagens. Em relação aos estados brasileiros, São Paulo encontra-se em primeiro lugar quanto ao número de atendimentos. Por fim, em uma análise comparativa entre os dados de abril de 2020 em relação a abril de 2019, verificou-se um aumento aproximado de 155% de exposição de imagens íntimas de mulheres.

Em suma, diante dos atendimentos e ocorrências é possível inferir que no meio digital a violência contra a mulher é uma realidade e a internet, aparentemente, propicia uma segurança para o autor em função da sua não identificação. Ao se sentir seguro e protegido, o infrator comete ações, por intermédio, de seu computador ou celular mediante uma falsa percepção de impunidade de atos ilícitos. Nota-se que as ações da SaferNet contribuem para o enfretamento deste crime, todavia no que se refere à efetividade da legislação, os atendimentos e denúncias desta associação civil revelam que a lei não tem conseguido o resultado esperado, a saber: coibir e punir o agressor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 9 mar. 2021a.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm). Acesso em: 8 maio 2021b.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm). Acesso em: 8 maio 2021bc.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 8 maio 2021d.

BARRETO, Alessandro Gonçalves. Sextorsão e os riscos do compartilhamento de conteúdo íntimo: essa prática delitiva, traz prejuízos financeiros e emocionais imensuráveis às vítimas e, por vezes, ocasiona mortes de algumas delas em razão do receio da humilhação pública. **Migalhas**, set. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/287611/sextorsao-e-os-riscos-do-compartilhamento-de-conteudo-intimo>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica (você conhece?)**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

COELHO, Edihermes Marques. Reflexões sobre vigência e validade, eficácia, efetividade e eficiência. **Boletim Jurídico**, 2007. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-constitucional/1787/reflexoes-vigencia-validade-eficacia-efetividade-eficiencia>. Acesso em: 18 abr. 2021.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Hans-Kelsen-Teoria-Pura-do-Direito.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MAZZONI, Cesar Augustus *et al.* Crimes virtuais: evolução no combate. **Jus.com.br**, jul. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59468/crimes-virtuais-evolucao-no-combate>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SAFERNET. Indicadores. **Datasafer**. Disponível em: <https://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>. Acesso em: 4 maio 2021.

SCHMIDT, Guilherme. Crimes cibernéticos. **JusBrasil**, 2015. Disponível em: <https://gschmidtadv.jusbrasil.com.br/artigos/149726370/crimes-ciberneticos> Acesso em: 18 abr. 2021.

TATEOKI, Victor Augusto *et al.* Classificação dos crimes virtuais. **JusBrasil**, 2016. Disponível em: <https://victortateoki.jusbrasil.com.br/artigos/307254758/classificacao-dos-crimes-digitais>. Acesso em: 18 abr. 2021.